



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

*"Governação Provincial Descentralizada: um novo paradigma que visa  
aproximar e prestar serviços de qualidade aos cidadãos"*

Discurso de Sua Excelência, Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República, por  
ocasião da Cerimónia de Tomada de Posse dos Governadores Provinciais

Maputo, 22 de Janeiro de 2019

**Senhora Presidente da Assembleia da República;**

**Senhor Primeiro-Ministro;**

**Venerando Presidente do Tribunal Supremo;**

**Digníssima Procuradora Geral da República;**

**Digníssimo Provedor de Justiça;**

**Senhora Ministra da Educação e Desenvolvimento Humano;**

**Senhores Governadores Eleitos;**

**Senhores Governadores Cessantes;**

**Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República;**

**Distintos convidados;**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

Apraz-nos, hoje, conferir posse aos primeiros Governadores Provinciais eleitos na História da nossa República. Trata-se de um acto singular que decorre do processo de revisão pontual da Constituição que ditou que as eleições provinciais tivessem um novo figurino, no qual os governadores são os cabeça-de-listas do partido político, coligação de partidos políticos ou grupo de cidadãos eleitores que obtivessem a maioria de votos validamente expressos nas eleições para as Assembleias Provinciais.

Os cidadãos ora empossados são o resultado desse processo.

Para aqui chegarem cada Governador passou, simultaneamente, pelo crivo partidário e pelo dos cidadãos de cada uma das províncias que, de forma criteriosa e responsável, fez a sua escolha.

O voto depositado pelos nossos concidadãos é uma clara mensagem de confiança nas capacidades de liderança dos eleitos, mas também uma vigorosa mensagem de apelo à responsabilidade de cada um no desempenho do cargo para o qual foi eleito.

Por esse motivo, quero, em nome de todos os moçambicanos, felicitar-vos por terem aceite este desafio, e dirijo um voto que o vosso desempenho vá de encontro às expectativas mais profundas do nosso Povo.

**Minhas Senhoras, Meus Senhores;**

**Compatriotas!**

Iniciamos há poucos dias o nosso segundo ciclo na governação do país. Trata-se de um ciclo que marcará o início de um novo paradigma de governação, assente num conceito aprofundado de descentralização.

O figurino que, doravante, iremos implementar resulta das progressivas reformas administrativas que o nosso Estado tem estado a realizar, visando torná-la cada vez mais inclusivo, eficiente e eficaz no cumprimento do seu compromisso de aproximar e prestar serviços de qualidade ao cidadão.

Quando em 2018, no decurso dos contactos com a Renamo e com outros actores da sociedade, decidimos rever a Constituição tínhamos como objectivo, não apenas, pôr termo ao conflito que dilacerava o nosso país.

É, também, nossa intenção consolidar a reforma democrática do Estado aprofundando o processo de descentralização com o objectivo de:

- i. organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade; e
- ii. promover o desenvolvimento local e a consolidação da democracia, no quadro da unidade do Estado Moçambicano.

O novo quadro jurídico, entretanto, criado, introduziu alterações profundas no paradigma de governação provincial, que incluem, entre outros:

- (i) A criação de órgãos de governação descentralizada provincial;
- (ii) A extinção dos Governos Provinciais e criação dos Conselhos Executivos Provinciais, como entidades descentralizadas dotadas de autonomia administrativa, financeira e patrimonial;
- (iii) O aprimoramento do funcionamento das actuais Assembleias Provinciais, dotando-as de poder regulamentar próprio;
- (iv) A criação da figura de Representante do Estado na Província, designado por Secretário de Estado na Província; e
- (v) O alargamento da tutela do Estado, passando a cobrir não apenas as autarquias locais, mas também, aos órgãos de governação descentralizada.

Essas alterações encontram-se corporizadas em instrumentos jurídicos aprovados com vista a operacionalizar o processo de descentralização em curso, dos quais destacamos as Leis números 3, 4, 5, 6 e 7/2019, de 31 de Maio e a Lei número 16/2019, de 24 de Setembro.

Pela sua pertinência, entanto que instrumentos orientadores da governação descentralizada, aconselhamos vivamente o seu estudo, domínio e apropriação. O

mesmo deve ser feito pelos vossos colaboradores para que possam caminhar no mesmo compasso.

**Minhas Senhoras, Meus Senhores;**

**Compatriotas!**

Como acabamos de referir, a nossa Lei-Mã descentraliza atribuições à Assembleia Provincial, ao Governador da Província e ao Conselho Executivo Provincial, ao mesmo tempo que estabelece os limites dessa descentralização, ao instituir a Representação do Estado nas províncias, feita pelo Secretário de Estado naquele território.

Este processo, por ser uma nova realidade nunca antes vivida no país, coloca-nos **desafios** de vária índole, dos quais gostaríamos de chamar a vossa particular atenção para os seguintes:

***Primeiro - Conhecimento e domínio dos instrumentos legais***

Tal como há pouco nos referimos, na fase que agora iniciamos, conviverão no mesmo espaço territorial, a Província, vários órgãos, com destaque para o Governador de Província e Secretário de Estado.

Cada um destes órgãos, é regido por instrumentos jurídicos que definem as suas atribuições, competências e limites de intervenção.

***O segundo desafio que se coloca é o imperativo de um relacionamento pessoal e institucional salutar e harmonioso entre os dois órgãos que actuam no mesmo território, designadamente, o Governador de Província e o Secretário de Estado na Província.***

O Governo institucionalizou o Conselho Provincial de Coordenação para cuidar de questões de articulação ao vosso nível local.

Em relação ao relacionamento institucional entre os Governadores de Província e os órgãos centrais, existe igualmente um Conselho de Coordenação Nacional, onde se

discutirão problemas, não só de uma província, mas de todo o país nas matérias de descentralização e representação do Estado.

*O terceiro desafio prende-se com a necessidade de o Governador de Província manter um relacionamento pacífico e salutar com os diferentes actores de governação ao nível local.*

No exercício das suas funções, o Governador de Província deverá interagir com várias entidades, coordenando e articulando programas, planos e actividades de modo a garantir que sejam alcançadas as melhores soluções para os problemas das populações e identificados os caminhos mais viáveis para a aceleração do processo local de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Neste quadro, torna-se imperioso e indispensável, o aprimoramento dos mecanismos de coordenação com (i) a Assembleia Provincial, órgão de onde provém o Governador de Província e cuja actuação é determinante para o funcionamento dos órgãos executivos provinciais; com (ii) os órgãos de representação do Estado na Província; com (iii) os órgãos das autarquias locais; com (iv) o sector privado, organizações da sociedade civil, parceiros de cooperação, confissões religiosas, autoridades comunitárias, associações e com a população em geral.

O Governador de Província deve estabelecer uma relação de proximidade com a Assembleia Provincial, na base de um trabalho e diálogo permanente que permita viabilizar as suas iniciativas, os seus planos e projectos.

Esta relação é decisiva para o sucesso dos vossos mandatos, pois as Assembleias Provinciais podem demitir os governadores nos casos de:

- (i) não aprovação do programa de governação;
- (ii) não prossecução das actividades previstas no programa, e
- (iii) desrespeito dos limites orçamentais definidos pela mesma.

Por tudo quanto aqui mencionamos, esperamos que encontrem nas Assembleias Provinciais uma entidade parceira que vos apoie, quer no cumprimento integral das

leis, através da sua fiscalização, quer na emissão de contribuições aos projectos de governação para o desenvolvimento das províncias.

**Caros Governadores!**

*O quarto desafio convoca para a pertinência de conhecer as preocupações da população local.*

A população é o primeiro e último destinatário do vosso trabalho. A população deve encontrar em vós a esperança viva que vem para dinamizar as suas vidas, um espaço aberto para expor as suas preocupações e suas opiniões, um parceiro nas batalhas pelo desenvolvimento local.

Aos olhos da população, o Governador de Província é aquele que lhes inspira, no dia-a-dia e lhes transmite confiança para expressarem a sua cidadania, através de ideias, projectos, sugestões para a melhoria da sua qualidade de vida e iniciativas de natureza cultural, desportiva, social, económica, entre outras.

*O quinto desafio apela para a necessidade de serem autónomos e criativos na busca de soluções para os problemas da província.*

Na vossa qualidade de dirigentes locais, eleitos nos locais onde vão governar, não fiquem à espera de orientações para agir.

Se mereceram a confiança dos eleitores, é porque tem a necessária capacidade e discernimento para tomar decisões em prol da nossa população.

Usem a vossa criatividade para responder aos desafios que surgirem no decurso da governação. É nossa expectativa que cada um de vós deixe um legado positivo e inspirador. Esta é a orientação que deixamos. Promovam trocas de experiências e parcerias, com os vossos homólogos de outras províncias. Envolvam a população, os funcionários, dirigentes e a sociedade civil na discussão dos assuntos e na busca de soluções inovadoras.

Que as crises e adversidades que eventualmente surgirem, mais do que obstáculos, sejam encaradas como oportunidades a ser capitalizadas para o bem do nosso povo.

*O sexto desafio que vos proponho é a boa gestão da coisa pública assente numa ética governativa.*

Esta cerimónia de tomada de posse, ocorre num momento em que está em curso no nosso país um combate cerrado à corrupção.

Na qualidade de servidores públicos que sois, estais vinculados a observância de um conjunto de princípios que abrange a todos os que se encontram na mesma condição. Refiro-me, entre outros, aos princípios da legalidade, da transparência, da probidade, da imparcialidade, do respeito pelo património público e da parcimónia. Estes princípios devem nortear a vossa vida e a vossa actuação no trato com o Povo e com outras entidades.

O nosso apelo é que, acima de tudo, façam uma gestão criteriosa dos bens públicos, respeitando-os, conservando-os e usando-os para os fins a que são destinados. Evitem a tentação de confundir os bens públicos com propriedade privada.

A lei é muito clara, nesse aspecto, e não hesitaremos em aplicá-la sempre que se mostrar necessário.

Cada um de vós deve ser um exemplo de lisura para que o discurso de combate à corrupção deixe de ser um mero exercício de retórica.

Vós integras o primeiro grupo que vai implementar o novo paradigma da descentralização, uma experiência única e *sui generis*, sem um padrão de comparação nem referências anteriores, mas cujas soluções deverão ser encontradas nos instrumentos legais aprovados, conjugados com a vossa criatividade.

Esta caminhada que iniciamos, deve contribuir para o fortalecimento dos compromissos assumidos como Estado, devendo contribuir para a consolidação do Estado de Direito democrático e de justiça social, do carácter unitário e para a consolidação da unidade nacional.



Aceitamos, por isso, poderá não ser uma missão nada fácil nem facilitada, mas que dadas as vossas experiências individuais e as dos vossos colaboradores, tem tudo para ser bem sucedida.

Estamos certos de que a experiência que irão vivenciar será de extrema valia para o aperfeiçoamento quer dos instrumentos normativos, em vigor, quer da actuação dos diferentes órgãos que convergem no complexo governativo de Moçambique.

**Minhas Senhoras e Meus Senhores;**

**Caros Governadores Cessantes!**

Juntos fizemos um percurso exaltante. Enfrentamos inúmeros desafios, desde cheias, por exemplo, neste momento, as províncias do norte do país, vivem inundações que impedem a transitabilidade e secas, escassez de recursos para responder às necessidades do nosso Povo, a depreciação da nossa moeda, ataques armados no centro e no norte do país, só para citar alguns.

Escudados no trabalho de equipa, persistimos e nos reinventamos, vencendo as adversidades que surgiram. Com a vossa colaboração e entrega, o país saiu da crise e hoje respiramos esperança e confiança no futuro.

Por tudo quando fizeram, quero endereçar uma palavra de agradecimento a todos os que hoje cessam as suas funções como Governadores Provinciais.

Esta saudação é extensiva aos seus familiares e amigos, que souberam apoiá-los e encorajá-los na honrosa missão de servir a pátria moçambicana, não obstante as inúmeras adversidades do ciclo governativo ora findo.

Tal como já o disse, estou certo de que saem desta experiência fortalecidos e com capacidades de dar o vosso contributo em qualquer área à qual pretendam dedicar-se.

Não podia deixar de me dirigir aos vossos familiares, em particular aos cônjuges, aos quais dirijo um apelo especial - que é também um agradecimento antecipado - para

que continuem a prestar, tanto aos empossados como aos cessantes, o apoio determinante para o alcance de novas vitórias.

Desejo-vos muita saúde, entusiasmo e que continuem a somar vitórias.

A terminar, reitero aos empossados a confiança que depositamos em vós, formulando votos de muitos sucessos no exercício da função de Governador de Província.

Convido a todos presentes que me acompanhem num brinde:

- À consolidação da paz, unidade nacional e reconciliação;
- Ao progresso e desenvolvimento sustentável e inclusivo;
- À melhoria da qualidade do serviço prestado ao cidadão;
- À saúde e felicidade de todos presentes!

**Muito obrigado!**